

ANÁLISE COMPARATIVA DE MANCHETES: A CASSAÇÃO DO GOVERNADOR JACKSON LAGO EM FOCO

Luís Rodolfo Cabral¹

Bolsista CAPES do Mestrado em Letras da Universidade Federal do Piauí
luisrodolfocabral@gmail.com

RESUMO:

Análise das marcas linguísticas e não-linguísticas na manchete dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* publicados no dia 04 de março de 2009, quando da cassação do mandato do então governador do Maranhão Jackson Lago. Como aporte teórico para a análise comparativa, fundamenta-se em Pinto (1999) e em Verón (1980, 2004), cujas propostas metodológicas são apresentadas de maneira breve dada as limitações de espaço. Para análise, recorre-se a Pinto (1994), Okida (2002), Koch (2006), e a autores que, de certa forma, contribuem para o tratamento da materialidade linguística e não-linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Manchete. Marcas linguísticas. Marcas não-linguísticas. Análise comparativa.

ABSTRACT:

Analysis of linguistic and non-linguistic traces in the headlines of two editions of *O Estado do Maranhão* and *O Imparcial* published on 4 March 2009, by then the forfeiture of elector governor mandate. As a theoretical basis for comparative analysis, some authors are mentioned: Pinto (1999) and Veron (1980, 2004), whose methodological approaches are presented briefly given the space constraints. For analysis, it resorts to Pinto (1994), Okida (2002), Koch (2006), and to other authors who, somehow, contribute to the treatment of linguistic and non-linguistic material.

KEY-WORDS: Headlines. Linguistic traces. Non-linguistic traces. Comparative analysis.

INTRODUÇÃO

Segundo recomendação dos manuais de redação jornalística, os veículos de comunicação, sobretudo ao tratar de política, devem buscar uma postura equilibrada, cedendo espaço semelhante para os principais contendores. É também o que

¹ Bolsista CAPES do Mestrado em Letras da Universidade Federal do Piauí

recomenda Genro Filho (1987), ao afirmar que o jornalismo deve primar pela imparcialidade na interpretação dos fatos, de forma a guiar a opinião pública através dos leitores. Entretanto, considerar a imparcialidade como qualidade do texto jornalístico é contrariar a noção de que todo discurso é argumentativo por excelência e de que a própria objetividade é uma postura ideológica.

Concebendo-se a linguagem como interação, como parte de um processo em que o homem situa, no mundo, a si próprio e aos outros, a construção de sentido do que se lê deixa de ser representada no próprio signo para ser percebida na interseção entre o homem e o mundo. Ou seja, o homem é sujeito; uma entidade psicossocial – é sujeito ativo que defende, (re)produz e participa na situação em que se acham engajados; é ator na atualização das imagens e representações da comunicação.

Existe, então, uma relação entre estrutura discursiva, estrutura ideológica e estrutura social: pelo discurso, os sujeitos representam e (re)significam o mundo, ajudando a construir, fortalecer e perpetuar relações sociais, ideologias e conhecimentos. A prática discursiva é, pois, uma prática social.

Entende-se prática discursiva como o complexo conjunto de processos de produção, distribuição e consumo de textos – das mais variadas formas, verbais, não-verbais, ou multissemióticos – nas mais variadas esferas institucionais ou sociais. Assim sendo, existe uma relação tríade entre linguagem x homem x mundo, sendo a palavra (signo lingüístico) um signo dialético, dinâmico e vivo. Segundo Bahktin, trata-se do espaço perfeito para a materialização das ideologias, pois “cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAHKTIN, 1929, p. 33).

No discurso, concentram-se estratégias dos sujeitos para criar determinados efeitos de sentido. É um sistema de representações que não só explicam a realidade – um recorte dela, ou uma construção dela – mas também regulam o comportamento dos interlocutores. Consideram-nas social, pois se reúnem valores e articulam classes por e no mundo construído. Essas representações são reflexos de visões de mundo (que não pertencem nem ao indivíduo, nem a coletividade) perpetuam um duelo simbólico pela disputa de sentidos: instaurar-se como única forma de pensar.

Para Pinto (1999), consideram-se representações os conhecimentos e as crenças que envolvem as relações e identidades sociais que agem, de certo modo, como

forma de controle social. “Aprendemos a ser o que somos por meio de regras e convenções subjacentes aos discursos que dominamos, (...) as quais não podemos ignorar e que só podemos alterar em situações de mudança social” (PINTO, 1999, p. 44).

Todavia, não se deve confundir produção discursiva com intencionalidade do sujeito – ou seja, não interessa discutir as concepções psicológicas ou instrumentais para a produção de sentido. Seguindo o pensamento de Verón, concorda-se que o sujeito é definido nos termos da posição social que ocupa, pois “os discursos são sempre situados (...) e este sujeito produtor nada mais é que o suporte das operações que definem a produção de um certo tipo de discurso” (VERÓN, 1980, p. 81).

Nessa perspectiva, Pinto (1999) define três funções básicas para a comunicação humana: o modo de mostrar (construção do referente sobre o qual o texto fala); o modo de interagir (estabelecimento de vínculos socioculturais necessários para dirigir-se ao interlocutor); e o modo de seduzir (distribuição de afetos positivos e negativos). Trata-se de uma divisão meramente didática, pois, como destaca o próprio autor, são funções que se realizam de modo integrado.

Como os textos não se encontram isolados no universo discursivo – organizam-se por oposição ou seqüencialidade -, Pinto (1999) defende uma análise de discursos comparativamente orientada, pois, “o sentido, já nos ensinara a linguística, surge de diferenças formais, não pode ser abstraído de um item isolado” (PINTO, 1999, p.56).

Nesse mesmo sentido, Verón (1980) defende uma análise de discursos que utilize metodologia comparativa, afinal, segundo ele, “a análise (...) só pode avançar por diferença, isto é, por comparação entre objetos textuais. Um texto não tem propriedades em si: caracteriza-se só por aquilo que o diferencia de outro texto” (VERON, 1980, p. 82).

Verón (2004) estabelece um conjunto de decisões metodológicas que devem ser tomadas para se conduzir uma análise comparativa. O primeiro deles é a seleção de textos que tratem do mesmo assunto, em um mesmo contexto de produção, o que cria uma “invariante referencial”. Em seguida, tem-se a escolha do meio de comunicação, que deve limitar-se segundo os seguintes critérios: periodicidade, gênero e função predominante. Dessa forma, os critérios externos para a constituição do *corpus* devem

ser “extraídos de um mesmo ‘gênero’ na comunicação de massa, que foram selecionados em relação a um referente constante, mas que se destinam a públicos diferentes” (VERÓN, 2004, p.99).

Respeitando os critérios sugeridos por Pinto (1999) e por Verón (2004), tomam-se, para estudo, as manchetes dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, veiculadas no dia 04 de março de 2010. O enfoque recai sobre o próprio objeto de estudo escolhido, cuja estrutura de mídia conjuga o verbal e não-verbal, em um sistema sincrético/ intersemiótico, para a construção de um efeito de sentido.

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Conforme Pinto (1999) e Verón (2004), a seleção de corpus em uma análise comparativa devem obedecer aos seguintes critérios: periodicidade, gênero e função predominante. A seguir, um breve histórico dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, a fim de evidenciar as proximidades quanto aos critérios determinados. No capítulo seguinte, discorrer-se-á sobre o contexto de circulação que, de certa forma, cria a invariante referencial.

O jornal *O Estado do Maranhão* circula na capital São Luís e em diferentes municípios do Maranhão. É herdeiro do *Jornal do Dia*, fundado em 1959, pelo empresário e político Alberto Aboud. A mudança de nome para *O Estado do Maranhão* ocorreu em 1973, numa iniciativa do então governador José Sarney e do poeta Bandeira Tribuzi, que assumiram o comando do periódico. Atualmente, o jornal é presidido por Teresa Cristina Sarney Murad, nora de José Sarney.

Ao longo de meio século de existência, o jornal passou por algumas renovações gráficas e de conteúdo, sendo a mais recente oficializada no dia 1º de maio de 2009, em comemoração aos 50 anos de publicação contínua. Com a reforma, atualmente cada edição do jornal é dividida em diferentes cadernos com periodicidade variável: *Caderno de Esportes*, por exemplo, é veiculado apenas às segundas-feiras; *Na mira*, suplemento direcionado para o público jovem, é publicado toda sexta-feira; *Revista da Família* e *DOM* são encartados apenas aos domingos. Há ainda o caderno *Alternativo*, com notícias sobre cultura e lazer no Maranhão; e o caderno *Cidade*, que

traz matérias sobre as comunidades de São Luís e das cidades do interior do Maranhão - ambos publicados de terça a domingo.

De todos os cadernos que compõem as edições do jornal, somente um tem publicação diária: o *Primeiro Caderno*, que congrega notícias do Brasil e do Mundo, organizadas seções como *Política, Opinião, Geral, O país, O mundo, Economia e Consumidor*.

O jornal *O Imparcial*, por sua vez, foi fundado José Pires Ferreira em 1926. Devido a uma crise financeira, decidiu vendê-lo para Assis Chateaubriant, que o incorporou ao grupo de jornais *Diários Associados*, do qual faz parte até os dias atuais. “A incorporação do grande matutino maranhense aos Diários Associados integra numa organização publicitária que visa fortalecer a unidade política e espiritual do Brasil, através de uma rede de jornais, emissoras e revistas colocadas nos pontos-chaves de cada região” (CARNEIRO, 1999, p. 240).

Carneiro (1999) ainda registra que, a mudança de dono trouxe também mudanças na linha editorial, que, ao contrário do que acontecia quando da direção de Pires Ferreira, passou a discutir questões políticas, tendo inclusive contribuído na candidatura de José Sarney ao Governo do Estado, em 1965.

Atualmente, o jornal é presidido pelo jornalista Pedro Freire, e cada edição de *O Imparcial* é composta por um caderno com notícias gerais, divididos em editorias: Geral Maranhão, Brasil, Mundo e Esporte. *Vida Urbana* é o caderno que trata das notícias relativas à capital maranhense, contendo ainda uma página dedicada a *Negócios*. Cultura é a editoria do caderno *Ímpar*, encartado todos os dias, exceto às segundas feiras. Aos domingos, há o suplemento *Dia D* com notícias variadas, de entretenimento a família. Tanto *O Imparcial* quanto *O Estado do Maranhão* encartam *Classificados*.

Para análise, foram tomadas as edições de número 17.004 (*O Estado do Maranhão* – ANEXO I) e 31995 (*O Imparcial* – ANEXO II), ambas publicadas no dia 04 de março de 2009. Constituem o *corpus* da análise as capas de cada uma dessas edições.

2. ANÁLISE DO CORPUS

Antes de se adentrar a análise, é preciso se considerar, segundo orientação de Pinto (1999), as “condições de produção” ou “condições sociais de produção”, que incluem os processos de produção, de circulação e de consumo dos sentidos (PINTO, 1999, p.12):

Em fevereiro de 2009, foi iniciada, no Tribunal Superior Eleitoral, a avaliação dos processos contra oito governadores, sob o risco de terem o diploma cassado. Dentre os oito líderes do Poder Executivo Estadual que tiveram processo julgado, estava o então governador do Maranhão, Jackson Kleper Lago, diplomado após resultado das eleições 2006, com 51,819% dos votos válidos contra 48,181% para a candidata Roseana Murad Sarney (TSE, 2006).

O julgamento, em sessão no Tribunal Superior Eleitoral, aconteceu na madrugada de 04 de março de 2009, tendo repercussão expressiva na mídia maranhense e nacional. O portal de notícia Terra, por exemplo, noticiou que “O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu em julgamento, na noite dessa terça-feira, cassar o mandato do governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), e o de seu vice, Luís Carlos Porto (PPS)” e que “a Corte também definiu que a segunda colocada nas eleições, a senadora Roseana Sarney (PMDB), deve assumir o governo do Estado, juntamente com seu vice, João Alberto de Souza (PMDB), mas não de forma imediata. Isso porque ainda cabe recurso por parte da defesa de Lago” (PORTAL TERRA, 2009).

Tomando, assim, a edição de *O Estado do Maranhão*, número 17.004, de 04 de março de 2009, observa-se, logo na primeira página do jornal a manchete “Jackson cassado”, escrita em destaque, com fonte em caixa alta. Como manchete, ou seja, o segundo título, em tamanho e importância jornalística, da primeira página de um jornal (RABAÇA & BARBOSA, 2002), as seguintes frases: “TSE anula o mandato do governador por 5 a 2”, “Corte determina posse de Roseana Sarney” e “Novo governo vai assumir após recursos”.

Em *O Imparcial*, edição de número 31995, publicada no mesmo dia que a de *O Estado do Maranhão*, tem-se a manchete “TSE cassa Jackson”, escrita em caixa alta, cor branca, diferente das outras chamadas daquela edição. É composta ainda por três fotografias, sendo a terceira, na parte central, sob a legenda “No acampamento

Balaiada, montado em frente ao Palácio dos Leões, muitos manifestantes choraram após o TSE anunciar a cassação”.

Tomando como ponto de partida certas pistas materiais que podem ser encontradas na superfície textual, percebem-se diferentes efeitos de sentido construídos pelas manchetes. Em *O Imparcial*, a cassação do mandato do governador Jackson Lago foi noticiada sob a manchete “TSE cassa Jackson”, cuja construção apresenta elementos bem definidos, ao contrário da d’*O Estado do Maranhão*, “Jackson cassado”. Para criar universos de referência a serem compartilhados com os leitores/ receptores, são estabelecidas relações entre objeto e estado de coisas. Uma dessas estratégias se dá pela *operação de atualização*, que acontece quando a “escolha do relacionador e, conseqüentemente, do número e da função das noções-argumento fixa o tipo de estado de coisas que vai ser descrito ou a que se vai aludir”. Pinto (1994) afirma que essas combinações podem produzir vinte e um tipos diferentes de estados de coisa, dentre os quais estão os de valores aspectuais, aqueles relacionados aos estados de coisas a serem construídos pelo enunciado.

No caso em análise, a manchete de *O Imparcial* apresenta um actante (TSE) e um actante-objeto (Jackson), em uma construção que “descreve um estado de coisas em que um actante-causador exerce a ação de transformação que está indicada sobre os actantes-objetos, experienciadores e recipientes” (PINTO, 1994, p.35), ou seja, o primeiro causa uma ação capaz de modificar o estado do segundo.

Diferente estrutura é a da manchete de *O Estado do Maranhão*, em que há uma frase nominal, cuja constituição se dá por nomes (substantivo, adjetivo, pronome), prescindindo de verbo, o que, conforme Garcia, “(...) tanto indica de maneira breve, sumária, as peripécias de uma ação quanto aponta os elementos essenciais de um quadro descritivo” (GARCIA, 1967, p.35).

A ausência de sujeito pode ser considerada um caso de omissão, em que o actante responsável pela mudança de estado foi omitido a fim de se criar um determinado efeito de sentido. Para Pinto, “(...) a omissão funciona como tentativa de escamotear uma parte da informação, ou com finalidade de despertar a atenção do receptor para a continuação do texto, ou mesmo com o objetivo de tentar esconder essa parcela de informação” (PINTO, 1994, p. 127). Convém destacar que, apesar de ausentes na manchete, as palavras “TSE” e “Corte” compõe duas das três submanchetes

daquela edição de *O Estado do Maranhão*, e se remetem à instância do Poder Judiciário responsável pela decisão noticiada.

Comparando-se as duas manchetes das edições em análise, constata-se diferentes efeitos de sentido: em “TSE cassa Jackson”, manchete de *O Imparcial*, a ação de cassar o mandato do governador, marcada pelo verbo no presente do indicativo, está em andamento, não-finalizada, ao contrário do que sugere a manchete de *O Estado do Maranhão*, estruturada com verbo em forma nominal no particípio, em “Jackson cassado”. Conforme Pinto (1999), “a escolha de determinadas formas e estruturas gramaticais (...), de verbos com valor performativo (...), que, quando empregados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, indicam a execução de uma ação verbal” (PINTO, 1999, p.67).

Koch (1984) explica que diferentes formas verbais causam diferentes efeitos de sentido, podendo ser organizados por afinidade em dois grupos: dentre as formas verbais reunidas no Grupo I está o presente do indicativo; e no Grupo II, estão o pretérito perfeito simples e o pretérito imperfeito, dentre outros. Segundo a autora, “o emprego dos tempos *comentadores* (grupo I) constitui um sinal de alerta para advertir o ouvinte de que se trata de algo que o afeta diretamente e de que o discurso exige sua resposta” (KOCH, 1984, p.36, grifo da autora).

Quanto à organização das notícias na capa dos jornais em análise, aponta-se uma “preferência” na disposição hierárquica entre as manchetes - afinal, a decisão do TSE em cassar o mandato do governador não era o único fato a ser noticiado naquele dia. Observa-se que a manchete sobre cassação do governador Jackson Lago ocupa mais da metade da primeira página de ambos os jornais, disposta, sobretudo, na parte superior.

Sustenta-se, então, a hipótese de que há traços editoriais na composição gráfica de uma notícia em mídia impressa: “(...) as imagens, o tamanho das fontes tipográficas, a posição de títulos, retículas, boxes, fios, enfim, todos os elementos visuais devem ser perfeitamente pensados e posicionados com o objetivo de atender a uma necessidade editorial” (OKIDA, 2002, p.1). É que as imagens, como os signos linguísticos, podem operar discursivamente - a fotografia cria uma ilusão de realidade, por apresentar-se independente do olhar de quem a fotografa. Pinto (1999) explica que qualquer imagem deve ser tratada como discurso, pois cria “efeitos de realidade” nos

textos verbais. Por operações de antonomásia, constroem o universo de discurso em jogo por caracterizar o referente pela substituição de uma imagem que remeta a uma qualidade positiva ou negativa: “nas imagens todas as características aparentes das pessoas ou coisas referidas são mostradas” (PINTO, 1999, p. 66).

Em *O Imparcial*, são três as fotografias utilizadas para a manchete: a de um homem usando a bandeira do Maranhão para cobrir o rosto como se enxugasse lágrimas - em detalhe, lê-se na camisa que veste: “Cassação é golpe! Sarney nunca mais!”; a de outro homem com um terço na mão, como se rezasse; e a do acampamento montado em frente ao Palácio dos Leões, sede política e institucional do Governo do Estado do Maranhão.

A manchete de *O Estado do Maranhão* também é composta por três fotografias na parte superior do jornal: à esquerda, a do governador Jackson Lago, ao lado da primeira-dama, Clay Lago – ambos cabisbaixos; à direita, a senadora Roseana Sarney; e, logo abaixo às duas imagens dos candidatos ao governo do Maranhão em 2006, a fotografia dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral assistindo a um vídeo – uma das provas apresentadas contra o governador Jackson Lago.

Entende-se que elementos são parte de um conjunto intersemiótico, que conjuga duas linguagens diferentes (a verbal e a não-verbal). As fotografias, apoiadas pelo dito verbalmente na manchete, criam diferentes efeitos de sentido, pois a fotografia é um sistema semiótico plástico que pode se articular com um sistema semiótico verbal. A articulação entre esses dois sistemas semióticos diferentes cria diferentes efeitos de sentido. No caso de *O Estado do Maranhão*, ocupa maior espaço a fotografia dos Ministros do TSE, que, articulada com a legenda “Ministros do TSE assistem a vídeo de comício que faz parte do acervo de provas apresentado pelos advogados da coligação ‘Maranhão – A Força do Povo’” cria um efeito de “discurso por autoridade”, nos dizeres de Ducrot (1980) e de Breton (1996), em que são utilizados atos ou julgamentos de uma pessoa ou de um grupo de pessoa em favor de uma tese. Ao se evocar um argumento por autoridade, cria-se um efeito de verdade; de que o dito é incontestável: o que é descrito tem de ser aceito porque quem o fez tem autoridade para fazê-lo – no caso, o discurso por autoridade aparece representado pelos ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que avaliaram o caso e, fundamentados na lei, tomaram uma decisão.

Já no caso de *O Imparcial*, como não há imagens de Jackson Lago, nem de Roseana Sarney, somente do povo, sustenta-se a hipótese de que essa integração sincrética entre as linguagens verbais e não-verbais cria um efeito de tristeza e derrota representada pelas fotografias daqueles que acompanharam a decisão judicial em frente à sede do governo do Estado naquela madrugada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem metodológica proposta por Verón (1980) e por Pinto (1999) trouxe fundamentos para a investigação das marcas linguísticas e não-linguísticas materializadas na edição de 04 de março de 2009 dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*.

O objeto escolhido para análise circulou em um período de efervescência política no Maranhão: o líder do poder executivo do estado, escolhido nas eleições de 2006, teve de ser mudado por decisão judicial do Supremo Tribunal Eleitoral. O fato recebeu considerável atenção da mídia nacional, tendo repercutido nos impressos maranhenses. Dois deles foram utilizados para análise, que identificou marcas linguísticas e não linguísticas de um embate ideológico pela disputa de sentidos.

A ideologia se concretiza no discurso quando há possibilidade de escolha, ou seja, as estruturas que constituem um enunciado refletem a posição ideológica de quem a produz. Nesse sentido, ao se investigar a edição de 04 de março de 2009 dos dois periódicos, foram identificadas estratégias discursivas que revelam uma visão de mundo ou um posicionamento sobre um tema em foco.

Ressalta-se ainda que, apesar da análise apresentada, não se pretendeu esgotar o assunto, o que, dada as limitações de espaço para tratar da complexidade de uma análise de discursos orientada pela proposta de Pinto (1999), seria de irresponsabilidade acadêmica. Foi focalizado apenas o jogo de estratégias embrenhado nos textos escolhidos, com o fim de, de certa forma, evidenciar os embates de ideologia na disputa de efeitos de sentido que tendem a reforçar conhecimentos, crenças, valores, e a contribuir, de alguma forma, para a construção de uma realidade.

REFERÊNCIAS

BAHKTIN, M. [VOLOCHÍNOV] (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BRETON, F. (1996). **A argumentação na comunicação**. Bauru: EDUSC, 2003. Tradução de **L'argumentation dans la communication**.

CARNEIRO, G. **Brasil Primeiro, história dos diários associados**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

DUCROT, O. (1980). **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987. Tradução de **Le Dire et le Dit**.

GARCIA, O. M. (1967) **Comunicação em prosa moderna**. 20ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

KOCH, I. G. V. (1984) **Argumentação e linguagem**. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

LAGE, N. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PINTO, M. J. **As marcas lingüísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português**. Rio de Janeiro: Numen Ed, 1994.

_____. (1999) **Comunicação & Discurso**. 2ª edição. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

OKIDA, M. **O design gráfico como elemento da linguagem editorial**. Revista Ceciliana – publicação científica acadêmica da Universidade de Santa Cecília. 1º volume. Santos: UNISANTA, 2002.

VERÓN, E. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix – Editoria da Universidade de São Paulo, 1980.

_____. **Fragments de um tecido**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO. 2ª edição. Revista e ampliada. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1987.

MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO. Edição revista e atualizada. São Paulo: Publifolha, 2001.

O ESTADO DO MARANHÃO. Número 17.004. Dia 04 de março de 2009.

_____. Edição especial. 50 anos. 2009.

O IMPARCIAL. Número 31995. Dia 04 de março de 2009

ANEXOS

Anexo I

Primeira página da edição nº 17.004 de *O Estado do Maranhão*, publicada dia 04 de março de 2009.



Anexo II

Primeira página da edição nº 31995 de *O Imparcial*, publicada dia 04 de março de 2009.

